

# Questões sem Comentários

Banca: FCC Cargo: Analista Judiciário-Arquiteto Ano: 2018

1) Para fins de aplicação da Lei nº 13.146/2015, as barreiras existentes nos edifícios públicos ou privados são barreiras.

- a) urbanísticas.
- b) arquitetônicas.
- c) atitudinais.
- d) materiais imperfeitas.
- e) informais de espaço.

Banca: FCC Cargo: Analista judiciário-Estatística TRT 14 Ano:2018

2)Joana é pessoa com deficiência e está grávida de seu primeiro filho, sendo a gestação considerada de alto risco. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, especificamente no que concerne ao direito à saúde,

- a) é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência, por intermédio do SUS, não abrangendo, todavia, situações que apresentem níveis de complexidade elevados.
- b) Joana não poderá participar na elaboração de políticas de saúde a ela destinadas, vez que tal atribuição é exclusiva dos órgãos públicos competentes.
- c) as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar, dentre outros, o atendimento psicológico da pessoa com deficiência inclusive para seus familiares e atendentes pessoais.
- d) aos profissionais que prestam assistência à pessoa com deficiência, exceto em serviços de habilitação, deve ser garantida capacitação inicial e continuada.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

e) as diretrizes estabelecidas para as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência aplicam-se, também, de forma ampla, a todas as instituições privadas.

Banca: Unilavras Cargo: Serviço Social Ano:2018

3) De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei n.º 13.146/15, é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. Conforme preconizado pelo art. 19, compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de:

a) I. diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar; II. serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida; III. atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação; IV. campanhas de vacinação.

b) I. campanhas de vacinação; II. atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais; III. respeito à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência; IV. atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida.

c) I. informação adequada e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares sobre sua condição de saúde; II. serviços projetados para prevenir a ocorrência e o desenvolvimento de deficiências e agravos adicionais; III. promoção de estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS, em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, bem como orientação a seus atendentes pessoais; IV. oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.

d) I. acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro; II. promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da mulher e da criança; III. aprimoramento e expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal; IV. identificação e controle da gestante de alto risco.

Banca: FCC Cargo: Analista judiciário-Contabilidade-TRT2 Ano:2018

4) Segundo expressamente previsto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará

- a) o histórico psiquiátrico; a pontuação em testes cognitivos; os impedimentos, as funções e nas estruturas do corpo e as relações familiares e o respaldo efetivo recebido do núcleo familiar.
- b) a restrição de participação da pessoa avaliada; os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; as relações familiares e o respaldo efetivo recebido do núcleo familiar e o histórico psiquiátrico.
- c) a limitação no desempenho de atividades; os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais e a restrição de participação da pessoa avaliada.
- d) o grau de inclusão social da pessoa avaliada em seu meio comunitário; a limitação no desempenho de atividades; a autossuficiência para sua manutenção e o histórico psiquiátrico.
- e) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a pontuação em testes cognitivos e o grau de inclusão social da pessoa avaliada em seu meio comunitário.

Banca: FCC Cargo: Oficial de Justiça avaliador-TRT15 Ano: 2018

5) Considere a seguinte situação hipotética: O programa habitacional "residência: viva com harmonia" prevê a entrega de 200 unidades habitacionais. Nesse caso, considerando que o programa é subsidiado com

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

recursos públicos, de acordo com a Lei nº 13.146/2015, para pessoa com deficiência

- a) deverá ocorrer a reserva de, no mínimo, 3 unidades habitacionais.
- b) deverá ocorrer a reserva de, no mínimo, 6 unidades habitacionais.
- c) deverá ocorrer a reserva de, no mínimo, 12 unidades habitacionais.
- d) não há necessidade de reserva de unidade habitacional uma vez que o programa não possui mais que 300 unidades no total.
- e) não há necessidade de reserva de unidade habitacional porque o programa não é público, mas subsidiado com recursos públicos.

Banca: FGV Cargo: Técnico judiciário auxiliar-TJ-SC Ano: 2018

6) A edição do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal nº 13.146/2015, constitui importante passo para inclusão das pessoas com deficiência, para efetivação do princípio da igualdade material, bem como para o fortalecimento e evolução do Estado Democrático de Direito.

De acordo com o mencionado diploma legal, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

- a) celeridade no andamento dos processos administrativos em geral, nas esferas municipal, estadual e federal, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, exceto para fins de recebimento de restituição de imposto de renda;
- b) atendimento em todas as instituições e serviços médicos ao público, inclusive sendo dispensada a observância aos protocolos de atendimento médico, em situação de serviços de emergência públicos e privados;
- c) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas, com prazo máximo de cinco dias para obter informações e documentos em órgãos públicos;

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

d) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas, não sendo tal direito extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal;

e) tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências, não sendo tal direito extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal.

Banca: FCC Cargo: Analista judiciário-Contabilidade-TRT 2 Ano:2018

7)O desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuem para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, segundo previsto pela Lei nº 13.146/2015, é o objetivo do processo de

a) recuperação da saúde.

b) inclusão social.

c) não discriminação da pessoa com deficiência.

d) habilitação e reabilitação.

e) terapia comportamental.

Banca: Quadriz Cargo: Psicólogo Ano:2018

8) A Lei n.º 13.146/2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência), define que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, e considerará o(s)

a) exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

- b) exercício do direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.
- c) exercício do direito à família e à convivência familiar e comunitária.
- d) fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- e) casamento e a constituição de união estável.

9) Sobre os Direitos de mobilidade das pessoas com deficiência, identifique e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) As empresas de transporte coletivo deverão diligenciar perante o gestor público responsável para obtenção de certificação de acessibilidade que possibilite a colocação de símbolo internacional de acesso nos veículos
- b) As frotas de taxi devem reservar o percentual de 15% (quinze por cento) de seus veículos acessíveis
- c) As locadoras de veículos devem disponibilizar 1 (um) veículo adaptado ao uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota
- d) Veículos estacionados em vagas reservadas para deficientes físicos devem exibir identificação confeccionada pelo órgão de trânsito local
- e) É defeso a criação de tarifa diferenciada pelo serviço de táxi prestado à pessoa com deficiência

Banca: CPCON Cargo: Cuidador educacional Ano: 2018

10) Sobre a Lei 13.146/2015 leia as questões a seguir:

I- É destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

II- Considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

III- Considera discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção ou exclusão, por ação, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar o reconhecimento e o exercício dos direitos de pessoa com deficiência, principalmente a recusa de adaptações razoáveis.

IV- Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência, sem acompanhante. Está CORRETO o que SE afirma em:

- a) II, III e IV.
- b) I e IV.
- c) I, II e III.
- d) I e II.
- e) II e IV.

Banca: PUC Cargo: Pedagogo social Ano: 2018

11) Ao pensar a implementação da lei de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), se faz necessário refletir sobre as modalidades da educação, na organização do trabalho pedagógico, acesso aos bens e serviços e emancipação da pessoa. Nesse contexto, há uma diferença conceitual entre educação especial e inclusão. O que isso significa?

- a) A inclusão acontece por força da lei, já a educação especial é quando uma escola que visa à formação dos deficientes como suas diferenças, por meio de situações educativas.
- b) Inclusão paradigma, que surge em resposta a dignidade humana, educação especial serviço que auxilia na busca do respeito, justiça, cidadania da pessoa.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

- c) A escola regular precisa oferecer atendimento educacional complementar na escola especial, e a inclusão é o processo que visa à justiça social.
- d) A função da escola especial é oferecer serviço qualificado para negar o processo inclusivo na rede regular de ensino.
- e) A inclusão busca garantir o acesso à escola para pessoas com deficiência.

Banca:FCC Cargo: Analista Judiciário-Estatística-TRT14 Ano: 2018

12 Claudio é pessoa com deficiência e pretende participar de processo seletivo para ingresso em curso oferecido por instituição de ensino superior. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a instituição deverá disponibilizar recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados,

- a) independentemente de prévia solicitação, e escolhidos pela própria instituição, que avaliará caso a caso de acordo com a necessidade dos candidatos.
- b) previamente solicitados e escolhidos por Claudio.
- c) previamente solicitados por Claudio, tendo em vista a necessidade de cada candidato portador de deficiência, mas escolhidos pela própria instituição.
- d) independentemente de prévia solicitação, mas escolhidos por Claudio, no dia da realização do processo seletivo.
- e) os quais independem de solicitação, bem como de qualquer escolha, vez que são disponibilizados de forma igualitária a todas as pessoas com deficiência.

Banca: FCC Cargo: Técnico judiciário-Enfermagem-TRT15 Ano:2018

13) Considere os direitos abaixo:

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)



I. Atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.

II. Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.

III. Recebimento de restituição de imposto de renda.

IV. Tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário. NÃO são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência, ou ao seu atendente pessoal, os direitos indicados APENAS em

a) II.

b) I e IV.

c) III.

d) III e IV.

e) I e II.

Banca: PUC Cargo: Educador Social-Prefeitura de fazenda Rio grande-PR  
Ano:2018

14) A Lei nº 13.146/2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Sobre essa lei, avalie as afirmações a seguir.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

I. Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

II. A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

III. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio dos convênios com os planos de saúde e hospitais particulares.

IV. Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.

Estão CORRETAS

- a) somente as alternativas III e IV.
- b) somente as alternativas I e III.
- c) somente as alternativas II, III e IV.
- d) somente as alternativas I, II e IV.
- e) somente as alternativas I, II e III.

Banca:FCC Cargo: Analista Judiciário-Área administrativa-TRT15 Ano:2018

15)Fernanda é deficiente visual. Solteira, com trinta e cinco anos de idade, pretende realizar o sonho de ser mãe por meio da fertilização in vitro. Já

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

sua amiga, Daiani, também deficiente visual, casada com Fabio, deficiente auditivo, pretende adotar uma criança. Nesses casos, de acordo com a Lei nº 13.146/2015,

a) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, sendo permitido o exercício dos direitos reprodutivos, bem como o exercício do direito à adoção.

b) é proibido o exercício dos direitos reprodutivos, bem como o exercício do direito à adoção, em razão exclusivamente da deficiência visual narrada.

c) é proibido apenas o exercício dos direitos reprodutivos, em razão exclusivamente da deficiência visual narrada.

d) é expressamente proibido apenas o exercício do direito à adoção, em razão exclusivamente da deficiência visual narrada.

e) é expressamente proibido apenas o exercício do direito à adoção, em razão das deficiências visual e auditiva narradas.

Banca: FCC Cargo: Técnico judiciário-Área administrativa-TRT15 Ano: 2018

16) Claudiomir é proprietário de uma escola particular de ensino médio. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a instituição de Claudiomir, deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar,

a) facultativamente, a adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência.

b) obrigatoriamente, a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

- c) obrigatoriamente, as pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.
- d) obrigatoriamente, a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.
- e) facultativamente, a oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

Banca: FCC Cargo: Técnico judiciário – Segurança- TRT 15 Ano: 2018

17) Mirtes, deficiente física, cadeirante, compra ingresso para espetáculo de teatro em prédio histórico pertencente ao Estado X. Chegando o dia e a hora do evento, teve seu acesso obstado, pois, o único meio para chegar ao seu assento seria por extensa escadaria. Ocorre que a reforma do prédio não previu acessibilidade, mantendo-se a estrutura do século XVIII.

De acordo com a Lei nº 13.146/2015, considera-se barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. No caso hipotético, a dificuldade encontrada por Mirtes pode ser classificada como barreira

- a) de transporte.
- b) Atitudinal.
- c) Urbanística.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

d) Arquitetônica.

e) Tecnológica.

Banca: FGV Cargo: Técnico judiciário-Área judiciário-TJ-AL Ano: 2018

18) A Lei nº 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O citado estatuto legal estabelece que a pessoa com deficiência tem direito a:

- a) receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências;
- b) ser beneficiada com isenções fiscais que compensem as limitações decorrentes de sua deficiência, mas não tem prioridade no recebimento de restituição de imposto de renda;
- c) utilizar, de forma privativa, 10% (dez por cento) das vagas para automóveis em áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas;
- d) frequentar os prédios públicos, mediante utilização de rampas ou elevadores que serão obrigatoriamente instalados nos órgãos públicos, que facultativamente podem proporcionar a acessibilidade nos seus sítios da internet;
- e) ser livremente incluída no trabalho, vedada a sua colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária.

Banca: FCC Cargo: Analista judiciário- Análise de sistemas-TS Ano: 2018

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

19) Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência é

- a) vedada, salvo se não houver, comprovadamente, recursos para a acessibilidade em questão.
- b) admitida, tão somente para a proteção dos direitos de propriedade intelectual.
- c) sempre admitida, tendo em vista os direitos inerentes à obra e ao artista.
- d) vedada, sob qualquer argumento.
- e) admitida em apenas duas hipóteses: para a proteção dos direitos de propriedade intelectual e se não houver recursos necessários à acessibilidade.

20) Nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência

- a) poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, tratamento ou institucionalização forçada, mediante prévia avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- b) em situação de curatela, não terá participação na obtenção de consentimento para a prática dos atos da vida civil, pois, em tal circunstância, não possui qualquer capacidade civil.
- c) está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, a fim de que sejam construídos ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- d) somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.
- e) e seu acompanhante ou atendente pessoal têm direito à prioridade na tramitação processual e nos procedimentos judiciais em que forem partes ou interessados.

## **Gabarito**

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

1- B	5- B	9- B	13- D	17- D
2- D	6- E	10- D	14- D	18- A
3- D	7- D	11- B	15- A	19- D
4- C	8- D	12- B	16- E	20- D

## Questões Comentadas

Banca: FCC Cargo: Analista Judiciário-Arquiteto Ano: 2018

1) Para fins de aplicação da Lei nº 13.146/2015, as barreiras existentes nos edifícios públicos ou privados são barreiras.

- a) urbanísticas.
- b) arquitetônicas.
- c) atitudinais.
- d) materiais imperfeitas.
- e) informais de espaço.

**Comentário:** O que o arquiteto planeja e desenha? casas , prédios , edifícios. Portanto uma barreira em um edifício só pode ser **arquitetônica** e o **gabarito é a letra B**

Banca: FCC Cargo: Analista judiciário-Estatística TRT 14 Ano:2018

2)Joana é pessoa com deficiência e está grávida de seu primeiro filho, sendo a gestação considerada de alto risco. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, especificamente no que concerne ao direito à saúde,

- a) é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência, por intermédio do SUS, não abrangendo, todavia, situações que apresentem níveis de complexidade elevados.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

b) Joana não poderá participar na elaboração de políticas de saúde a ela destinadas, vez que tal atribuição é exclusiva dos órgãos públicos competentes.

c) as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar, dentre outros, o atendimento psicológico da pessoa com deficiência inclusive para seus familiares e atendentes pessoais.

d) aos profissionais que prestam assistência à pessoa com deficiência, exceto em serviços de habilitação, deve ser garantida capacitação inicial e continuada.

e) as diretrizes estabelecidas para as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência aplicam-se, também, de forma ampla, a todas as instituições privadas.

**Comentários:** Letra A está **errada** a parte final, pois não existe essa ressalva sendo garantido o atendimento à saúde em todos os níveis de complexidade. (Art. 18. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência **em todos os níveis de complexidade**, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.)

Letra B também está **errada**, porque é garantida a participação da pcd das políticas públicas de saúde referente a elas. (Art. 18, § 1º. **É assegurada a participação** da pessoa com deficiência na elaboração das políticas de saúde a ela destinadas.)

Letra C Está perfeita e esse é o gabarito conforme o Art. 18, § 4º. As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar: V – atendimento psicológico, **inclusive** para seus familiares e atendentes pessoais;

Letra D **errada** trocou apenas uma palavra, é especialmente em serviços de habilitação e não exceto. Art. 18, § 3º. Aos profissionais que prestam assistência à pessoa com deficiência, **especialmente** em serviços de habilitação e de reabilitação, deve ser garantida capacitação inicial e continuada.

Letra E **Errada**. Não é para toda instituição privada, pois existem apenas 2 hipóteses a saber:

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)



- Participar de forma complementar do SUS ou
- Receber recursos públicos

Art. 18, § 5º. As diretrizes deste artigo aplicam-se também às instituições privadas que participem de forma complementar do SUS ou que recebam recursos públicos para sua manutenção.

### **Gabarito Letra B**

Banca: Unilavras Cargo: Serviço Social Ano:2018

3)De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei n.º 13.146/15, é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. Conforme preconizado pelo art. 19, compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de:

a) I. diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar; II. serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida; III. atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação; IV. campanhas de vacinação.

b) I. campanhas de vacinação; II. atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais; III. respeito à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência; IV. atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida.

c) I. informação adequada e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares sobre sua condição de saúde; II. serviços projetados para prevenir a ocorrência e o desenvolvimento de deficiências e agravos adicionais; III. promoção de estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS, em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, bem como orientação a seus atendentes pessoais; IV. oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.

d) I. acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro; II. promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da mulher e da criança; III. aprimoramento e expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal; IV. identificação e controle da gestante de alto risco.

**Comentários:** Essa questão trata do art. 19 e apenas a letra D possui todas as competências do SUS.

Art. 19. Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de:

I - Acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro;

II - Promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da mulher e da criança;

III - aprimoramento e expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal;

IV - Identificação e controle da gestante de alto risco.

Gabarito, portanto, letra D

Banca: FCC Cargo: Analista judiciário-Contabilidade-TRT2 Ano:2018

4) Segundo expressamente previsto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará

a) o histórico psiquiátrico; a pontuação em testes cognitivos; os impedimentos, as funções e nas estruturas do corpo e as relações familiares e o respaldo efetivo recebido do núcleo familiar.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

b) a restrição de participação da pessoa avaliada; os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; as relações familiares e o respaldo efetivo recebido do núcleo familiar e o histórico psiquiátrico.

c) a limitação no desempenho de atividades; os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais e a restrição de participação da pessoa avaliada.

d) o grau de inclusão social da pessoa avaliada em seu meio comunitário; a limitação no desempenho de atividades; a autossuficiência para sua manutenção e o histórico psiquiátrico.

e) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a pontuação em testes cognitivos e o grau de inclusão social da pessoa avaliada em seu meio comunitário.

Apenas a letra C trouxe corretamente o que será considerado na avaliação de deficiência. As demais alternativas viajaram na maionese. Portanto, **gabarito letra C**

Art 2º § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação

Banca: FCC Cargo: Oficial de Justiça avaliador-TRT15 Ano: 2018

5) Considere a seguinte situação hipotética: O programa habitacional "residência: viva com harmonia" prevê a entrega de 200 unidades habitacionais. Nesse caso, considerando que o programa é subsidiado com recursos públicos, de acordo com a Lei nº 13.146/2015, para pessoa com deficiência

- a) deverá ocorrer a reserva de, no mínimo, 3 unidades habitacionais.
- b) deverá ocorrer a reserva de, no mínimo, 6 unidades habitacionais.
- c) deverá ocorrer a reserva de, no mínimo, 12 unidades habitacionais.
- d) não há necessidade de reserva de unidade habitacional uma vez que o programa não possui mais que 300 unidades no total.
- e) não há necessidade de reserva de unidade habitacional porque o programa não é público, mas subsidiado com recursos públicos.

**Comentário:** Questão que mais parece de matemática do que legislação. Nesse caso são garantidos 3% de unidades habitacionais. Logo calculamos 3% de 300, basta cortamos os dois zero de 300 por que é porCENTagem (100) e temos  $3 \times 3 = 6$ . **Gabarito letra B.**

Art. 32. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

I - reserva de, **no mínimo, 3%** (três por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência;

Banca: FGV Cargo: Técnico judiciário auxiliar-TJ-SC Ano: 2018

6) A edição do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal nº 13.146/2015, constitui importante passo para inclusão das pessoas com deficiência, para efetivação do princípio da igualdade material, bem como para o fortalecimento e evolução do Estado Democrático de Direito.

De acordo com o mencionado diploma legal, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

- a) celeridade no andamento dos processos administrativos em geral, nas esferas municipal, estadual e federal, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, exceto para fins de recebimento de restituição de imposto de renda;
- b) atendimento em todas as instituições e serviços médicos ao público, inclusive sendo dispensada a observância aos protocolos de atendimento médico, em situação de serviços de emergência públicos e privados;

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

- c) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas, com prazo máximo de cinco dias para obter informações e documentos em órgãos públicos;
- d) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas, não sendo tal direito extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal;
- e) tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências, não sendo tal direito extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal.

Letra A **errada**. A pcd também tem prioridade para a restituição do imposto de renda

Letra B **Errada**. Não é dispensável os protocolos médicos, já penso chega um paciente baleado com 20 tiros no peito e estágio de quase morte e a PCD com um simples resfriado será atendida prioritariamente, lógico que não faz o menor sentido. Eu sei exagerei um pouco no exemplo 😊

Letra C **Errada**. Não existe esse prazo máximo

Letra D **Errada**. Esse direito é sim estendido ao acompanhante ou atendente pessoa da pessoa com deficiência. Em apenas 2 casos eles não possuem prioridade, a saber: Restituição de Imposto de Renda e tramitação processual administrativa ou judicial.

Letra E **Certa**. Perfeita é o que diz a lei.

Art. 9º - A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

I - proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II - atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público;

III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;

➔ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

IV - disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque;

V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;

VI - recebimento de restituição de imposto de renda;

VII - tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

O gabarito ficou mesmo letra E

Banca: FCC Cargo: Analista judiciário-Contabilidade-TRT 2 Ano:2018

7)O desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuem para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, segundo previsto pela Lei nº 13.146/2015, é o objetivo do processo de

a) recuperação da saúde.

b) inclusão social.

c) não discriminação da pessoa com deficiência.

d) habilitação e reabilitação.

e) terapia comportamental.

**Comentários:** A questão trata da habilitação e reabilitação da PCD para que ela possa se desenvolver em todos os aspectos de sua vida.

*Art. 14 Parágrafo único.* O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

**Gabarito Letra D**

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

Banca: Quadriz Cargo: Psicólogo Ano:2018

8) A Lei n.º 13.146/2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência), define que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, e considerará o(s)

- a) exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.
- b) exercício do direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.
- c) exercício do direito à família e à convivência familiar e comunitária.
- d) fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- e) casamento e a constituição de união estável.

Comentários: A questão misturou o art. 2º que de fato trata de fato da avaliação da deficiência com o art. 6º que nos fala da capacidade civil da pcd.

Letras A , B , C , E tratam do Art 6º que diz respeito à capacidade civil da pcd de fazer o que bem entender de sua vida, por exemplo, ter filhos , se casar , ter direitos familiares e de convivência. Apenas a letra D traz de fato o que é considerado na avaliação da deficiência, portanto **letra D** é o nosso gabarito.

Art. 2º, § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência)

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

9) Sobre os Direitos de mobilidade das pessoas com deficiência, identifique e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) As empresas de transporte coletivo deverão diligenciar perante o gestor público responsável para obtenção de certificação de acessibilidade que possibilite a colocação de símbolo internacional de acesso nos veículos
- b) As frotas de taxi devem reservar o percentual de 15% (quinze por cento) de seus veículos acessíveis
- c) As locadoras de veículos devem disponibilizar 1 (um) veículo adaptado ao uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota
- d) Veículos estacionados em vagas reservadas para deficientes físicos devem exibir identificação confeccionada pelo órgão de trânsito local
- e) É defeso a criação de tarifa diferenciada pelo serviço de táxi prestado à pessoa com deficiência

Letra B é o nosso gabarito, pois o percentual é de 10%.

**Gabarito: Letra B**

Banca: CPCON Cargo: Cuidador educacional Ano: 2018

10) Sobre a Lei 13.146/2015 leia as questões a seguir:

I- É destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

II- Considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

III- Considera discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção ou exclusão, por ação, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar o reconhecimento e o exercício dos direitos de pessoa com deficiência, principalmente a recusa de adaptações razoáveis.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)



IV- Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência, sem acompanhante.

Está CORRETO o que SE afirma em:

a) II, III e IV.

b) I e IV.

c) I, II e III.

d) I e II.

e) II e IV.

**Comentário:** Questão que aborda vários tópicos do estatuto da pessoa com deficiência

I está **correta**. De fato a lei busca promover a igualdade e inclusão da pcd em conformidade com o Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

II- Está também **correta**. Copiou e colou o Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

III- **Errada**. Uma palavra deixou essa questão errada, às vezes, as questões são um jogo de palavras mude uma palavra e tudo fica errado. Não é principalmente a recusa de adaptações, é inclusive. Apesar de ser uma diferença muito sutil ainda assim está errada. Eu posso dizer que “sou lindo e inclusive inteligente” (e sou mesmo), ou seja, possuo 2 atributos em igualdade de importância, mas agora falar “Sou lindo e principalmente inteligente” agora a *inteligência* torna-se o meu principal atributo. Portanto questão incorreta conforme Art 4º § único. Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma **de distinção, restrição**

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

**ou exclusão, por ação ou omissão**, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis **e de fornecimento de tecnologias assistivas**.

### **Gabarito Letra D**

Banca: PUC Cargo: Pedagogo social Ano: 2018

11) Ao pensar a implementação da lei de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), se faz necessário refletir sobre as modalidades da educação, na organização do trabalho pedagógico, acesso aos bens e serviços e emancipação da pessoa. Nesse contexto, há uma diferença conceitual entre educação especial e inclusão. O que isso significa?

- a) A inclusão acontece por força da lei, já a educação especial é quando uma escola que visa à formação dos deficientes como suas diferenças, por meio de situações educativas.
- b) Inclusão paradigma, que surge em resposta a dignidade humana, educação especial serviço que auxilia na busca do respeito, justiça, cidadania da pessoa.
- c) A escola regular precisa oferecer atendimento educacional complementar na escola especial, e a inclusão é o processo que visa à justiça social.
- d) A função da escola especial é oferecer serviço qualificado para negar o processo inclusivo na rede regular de ensino.
- e) A inclusão busca garantir o acesso à escola para pessoas com deficiência.

**Comentários:** Questão difícil que foge um pouco dos padrões de cobrança, mas muito provavelmente por causa do cargo da prova, pedagogo social, profissão que tem vinculação com a PCD

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

A **educação inclusiva** busca colocar a pcd em uma escola normal a fim de garantir sua dignidade humana no convívio social, porém é fundamental um trato especial da escola e dos professores para garantir que esta criança possa se desenvolver nesse ambiente em vista das suas limitações.

Já a **educação especial** seria um tratamento especializada e específico no trato de crianças com deficiência na busca do respeito e cidadania dela, porém esse método não integra a criança com a sociedade, pois a aplicação deste método é fora do contexto da educação regular. Portanto, o conceito de educação inclusiva é o mais moderno e adequado, pois o nosso estatuto busca a igualdade e a inclusão.

**Assim, nosso gabarito só pode ser a letra B**

Banca:FCC Cargo: Analista Judiciário-Estatística-TRT14 Ano: 2018

12) Claudio é pessoa com deficiência e pretende participar de processo seletivo para ingresso em curso oferecido por instituição de ensino superior. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a instituição deverá disponibilizar recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados,

- a) independentemente de prévia solicitação, e escolhidos pela própria instituição, que avaliará caso a caso de acordo com a necessidade dos candidatos.
- b) previamente solicitados e escolhidos por Claudio.
- c) previamente solicitados por Claudio, tendo em vista a necessidade de cada candidato portador de deficiência, mas escolhidos pela própria instituição.
- d) independentemente de prévia solicitação, mas escolhidos por Claudio, no dia da realização do processo seletivo.
- e) os quais independem de solicitação, bem como de qualquer escolha, vez que são disponibilizados de forma igualitária a todas as pessoas com deficiência.

Comentários: A questão aborda o art. 30 IV. A disponibilização ocorre mediante solicitação e escolha da pcd. Portanto, **gabarito letra B**

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente **solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência.**

Banca: FCC Cargo: Técnico judiciário-Enfermagem-TRT15 Ano:2018

13) Considere os direitos abaixo:

I. Atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.

II. Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.

III. Recebimento de restituição de imposto de renda.

IV. Tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário. NÃO são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência, ou ao seu atendente pessoal, os direitos indicados APENAS em

a) II.

b) I e IV.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

- c) III.
- d) III e IV.
- e) I e II.

**Comentários:** A prioridade para recebimento de restituição de imposto de renda e tramitação processual e administrativa não são extensíveis ao acompanhante, assim o **gabarito é a letra D**

Banca: PUC Cargo: Educador Social-Prefeitura de fazenda Rio grande-PR  
Ano:2018

14) A Lei nº 13.146/2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Sobre essa lei, avalie as afirmações a seguir.

I. Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

II. A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

III. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio dos convênios com os planos de saúde e hospitais particulares.

IV. Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.

Estão CORRETAS

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

- a) somente as alternativas III e IV.
- b) somente as alternativas I e III.
- c) somente as alternativas II, III e IV.
- d) somente as alternativas I, II e IV.
- e) somente as alternativas I, II e III.

I-Certa. De fato é o que baliza todo o estatuto: a igualdade e a não discriminação.

II-Certa. Questão fácil e até quem nunca leu o estatuto acertaria. Basta ter um bom senso para acertá-la. Obviamente é garantido não só a pcd, mas a qualquer pessoa a proteção de qualquer abuso ou discriminação.

III-**Errada**. É por meio do SUS e não por intermédio de hospitais particulares. Art. 18. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.

IV-Certa. A assertiva está perfeita é o que leciona o texto legal, pode não ser a realidade, mas a prática não cai em prova. Portanto, atenção redobrada em direitos os quais só existem no papel. Não vá errar uma questão fácil por bobeira.

Art. 21. Quando **esgotados os meios** de atenção à saúde da pessoa com deficiência **no local de residência**, será prestado atendimento **fora de domicílio**, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante

### **Gabarito Letra D**

Banca:FCC Cargo: Analista Judiciário-Área administrativa-TRT15 Ano:2018

15)Fernanda é deficiente visual. Solteira, com trinta e cinco anos de idade, pretende realizar o sonho de ser mãe por meio da fertilização in vitro. Já sua amiga, Daiani, também deficiente visual, casada com Fabio, deficiente

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

auditivo, pretende adotar uma criança. Nesses casos, de acordo com a Lei nº 13.146/2015,

a) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, sendo permitido o exercício dos direitos reprodutivos, bem como o exercício do direito à adoção.

b) é proibido o exercício dos direitos reprodutivos, bem como o exercício do direito à adoção, em razão exclusivamente da deficiência visual narrada.

c) é proibido apenas o exercício dos direitos reprodutivos, em razão exclusivamente da deficiência visual narrada.

d) é expressamente proibido apenas o exercício do direito à adoção, em razão exclusivamente da deficiência visual narrada.

e) é expressamente proibido apenas o exercício do direito à adoção, em razão das deficiências visual e auditiva narradas.

Comentários: Letra A está perfeita e é o nosso gabarito. A pessoa com deficiência “faz o que bem entender de sua vida” , assim ela pode exercer direitos reprodutivos , adotar , casar-se. As outras alternativas trazem restrições que não existem. Portanto, **gabarito letra A**

Banca: FCC Cargo: Técnico judiciário-Área administrativa-TRT15 Ano: 2018

16) Claudiomir é proprietário de uma escola particular de ensino médio. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a instituição de Claudiomir, deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar,

a) facultativamente, a adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

- b) obrigatoriamente, a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- c) obrigatoriamente, as pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.
- d) obrigatoriamente, a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.
- e) facultativamente, a oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

**Comentários:** O Art. 28 do estatuto traz um rol extenso de incumbências aos setores públicos e privados, porém dessas 18 obrigações, 2 são facultativas para setor privado. Sabendo isto era suficiente para matar a questão e a letra que traz justamente as faculdades do setor privado é a letra E.

Banca: FCC Cargo: Técnico judiciário – Segurança- TRT 15 Ano: 2018

17) Mirtes, deficiente física, cadeirante, compra ingresso para espetáculo de teatro em prédio histórico pertencente ao Estado X. Chegado o dia e a hora do evento, teve seu acesso obstado, pois, o único meio para chegar ao seu assento seria por extensa escadaria. Ocorre que a reforma do prédio não previu acessibilidade, mantendo-se a estrutura do século XVIII.

De acordo com a Lei nº 13.146/2015, considera-se barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. No caso hipotético, a dificuldade encontrada por Mirtes pode ser classificada como barreira

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)



- a) de transporte.
- b) Atitudinal.
- c) Urbanística.
- d) Arquitetônica.
- e) Tecnológica.

**Comentários:** Quem desenha e projeta prédios? O arquiteto não é mesmo. Por conseguinte, uma barreira em um prédio só pode ser arquitetônica, assim, **gabarito letra D**

Banca: FGV Cargo: Técnico judiciário-Área judiciário-TJ-AL Ano: 2018

18) A Lei nº 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O citado estatuto legal estabelece que a pessoa com deficiência tem direito a:

- a) receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências;
- b) ser beneficiada com isenções fiscais que compensem as limitações decorrentes de sua deficiência, mas não tem prioridade no recebimento de restituição de imposto de renda;
- c) utilizar, de forma privativa, 10% (dez por cento) das vagas para automóveis em áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas;
- d) frequentar os prédios públicos, mediante utilização de rampas ou elevadores que serão obrigatoriamente instalados nos órgãos públicos,

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

que facultativamente podem proporcionar a acessibilidade nos seus sítios da internet;

e) ser livremente incluída no trabalho, vedada a sua colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária.

**Comentários:** Letra A é o nosso gabarito em conformidade com o Art. 9º

Letra B **errada**. Viagou legal, não há isenções fiscais no estatuto da pcd e sim ela tem o direito prioritário de restituição de imposto de renda

Letra C **errada**. O percentual é de 2% ou pelo menos 1 vaga

Letra D **errada**. É obrigatória a acessibilidade nos sítios de órgãos públicos, inclusive de empresas privadas com sede ou representação comercial no país.

Letra E **errada**. O estatuto tem como postulado a igualdade em vista disso a colocação competitiva da pcd no mercado de trabalho não é vedada, e sim permitida

### **Gabarito letra A**

Banca: FCC Cargo: Analista judiciário- Análise de sistemas-TS Ano: 2018

19) Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência é

a) vedada, salvo se não houver, comprovadamente, recursos para a acessibilidade em questão.

b) admitida, tão somente para a proteção dos direitos de propriedade intelectual.

c) sempre admitida, tendo em vista os direitos inerentes à obra e ao artista.

d) vedada, sob qualquer argumento.

e) admitida em apenas duas hipóteses: para a proteção dos direitos de propriedade intelectual e se não houver recursos necessários à acessibilidade.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

**Comentários:** O estatuto visa incluir a pcd em todas as atividades de sua vida. Logo o não fornecimento de obra intelectual em formato acessível viola esse preceito inclusivo. Portanto, o gabarito só pode ser a **letra D**

20) Nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência

a) poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, tratamento ou institucionalização forçada, mediante prévia avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

b) em situação de curatela, não terá participação na obtenção de consentimento para a prática dos atos da vida civil, pois, em tal circunstância, não possui qualquer capacidade civil.

c) está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, a fim de que sejam construídos ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

d) somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.

e) e seu acompanhante ou atendente pessoal têm direito à prioridade na tramitação processual e nos procedimentos judiciais em que forem partes ou interessados.

Comentários: Letra A **errada**. A pcd não pode ser obrigada a intervenção cirúrgica. Art. 11. A pessoa com deficiência **não poderá ser obrigada** a se submeter **a intervenção clínica ou cirúrgica**, a tratamento ou a institucionalização forçada.

Letra B **errada**. A pcd mesmo no caso de curatela participará no maior grau possível. Art. 12, § 1º Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento.

Letra C **errada**. Não está obrigada.

→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)

Art. 4º, § 2º A pessoa com deficiência **não está obrigada** à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Letra D **Correta**. Mera literalidade do texto legal.

Art. 13. A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos **de risco de morte e de emergência em saúde**, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.

Letra E **errada**. Esse direito não se estende ao acompanhante, assim como a prioridade de restituição de imposto de renda.

### **Gabarito Letra D**

E aí foi bem nas questões? se sim meus parabéns, se não é só uma questão de tempo, pois as questões desse estatuto costumam ser simples, mas requerem muita atenção aos detalhes.

Antes de você me abandonar. Gostaria de fazer uma pergunta, você sabe fazer mapas mentais? Não... como não, essa é uma técnica fantástica que nos capacita a resumir com poucas palavras um conteúdo gigantesco. Dezenas de páginas da matéria se transformam em uma. Aprenda **AGORA** esse recurso fabuloso. [Clique aqui](#)



Qualquer dúvida minhas redes sociais estão ao seu dispor, basta clicar na imagem.



→ [Curso Recomendado: Aprenda agora a fazer mapas mentais, clique aqui](#)